

Mato Grosso do Sul: impasses e perspectivas no campo

Mato Grosso do Sul: impases y perspectivas en el campo

Mato Grosso do Sul: impasses and perspectives in the field

Márcia Yukari Mizusaki

Prof. Dr. do Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Dourados
Rua João Rosa Góes, 1761, Centro – Dourados, MS
Caixa Postal: 322 – CEP: 79.825-070
m.yukari@terra.com.br

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar as transformações recentes ocorridas no campo sul-mato-grossense decorrentes da expansão do modo industrial de produzir. O processo é analisado a partir da perspectiva de luta de classes e tem a renda da terra e o fundo público como fatores importantes a serem considerados. Nesse novo contexto, uma nova correlação de forças se estabelece no processo de produção e apropriação da riqueza produzida no campo, o que tem levado a classe dos proprietários de terra a buscar novos mecanismos de apropriação da renda da terra. O problema se acentua após a liberalização da economia, o que tornou a dinâmica territorial local ainda mais sensível às exigências internacionais. O artigo é finalizado através de uma reflexão sobre os impasses e as perspectivas para os indígenas e para o campesinato.

Palavras-chave: Renda da terra; Classes sociais; Fundo público; Estado; Território.

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar las transformaciones recientes ocurridas en el campo "sul-mato-grossense" transcurrido de la expansión del modo industrial de producir. El proceso es analizado desde la perspectiva de la lucha de clases y tiene la renta de tierra y el fondo público como factores importantes que son considerados. En este nuevo contexto, una nueva correlación de fuerzas se establece en el proceso de producción y apropiación de riqueza producida en el campo, es lo que ha llevado a las clases de los propietarios de tierras a encontrar nuevos mecanismos de apropiación de la renta de la tierra. El problema se acentúa después de la liberación de la economía, lo que ha llevado a la dinámica territorial local todavía más sensible a las exigencias internacionales. El artículo es finalizado a través de una reflexión sobre los impases y las perspectivas para los indígenas e para el campesinado.

Palabras-clave: Renta de tierra; Clases sociales; Fondo público; Territorio; Estado.

Abstract: This article aims to analyze the recent transformations in the sul-mato-grossense rural areas caused by the expansion of the industrial way of producing. The process is analyzed from the perspective of class struggle and it has the income from land and the public fund as important factors to be considered. In this new context, a new correlation of forces is established in the production process and appropriation of the wealth produced in the field, what has been taking the land proprietors' class to look for new mechanisms of appropriation of the income from land. The problem is accentuated after the liberalization of the economy, what turned the local territorial dynamics even more sensitive to the international demands. The article is concluded with a reflection on the impasses and perspectives for the indigenous populations and for the campesinato.

Keywords: Land income; Public fund; Social classes; State; Territory.

Introdução

O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma área de 358.158,7 km² e um total de 77 municípios. A população recente de 2.078.001 habitantes, segundo dados do IBGE (censo de 2000), é predominantemente urbana (84,1%) para 15,9% da representação rural, o que não eliminou a questão agrária do Estado, ao contrário, aprofundou-a.

Neste artigo apresentamos os principais elementos que configuram a questão agrária em Mato Grosso do Sul na atualidade. Para tanto, partimos de duas pressuposições gerais.

Primeiramente ressaltamos que o campo em Mato Grosso do Sul, deve ser entendido enquanto fração do território capitalista, conforme avaliam Calabi e Indovina (1973). A territorialização das relações sociais de produção apresenta, dessa forma, estreita articulação com o movimento mais geral de desenvolvimento do capitalismo, que, por sua vez, apresenta-se como sendo desigual e combinado.

Um segundo pressuposto é não confundir terra com capital, por ser o primeiro destituído de valor, conforme já destacaram Marx (1974) e estudiosos marxistas, como Martins (1995), Oliveira (1986, 1981).

O primeiro pressuposto nos permite analisarmos a questão agrária a partir da compreensão de que a realidade social é uma totalidade em movimento, apresentando ela várias faces, unificadas pelas relações sociais. Nesse sentido, tratar do tema ora exposto é analisar as contradições produzidas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo, que tem na chamada *modernização da agricultura*, apenas uma das faces, mas que tem sido essa difundida como se fosse a única face da realidade social que se encontra presente no campo. Compreendemos, nesse sentido, que esse processo não pode ser analisado de forma compartimentada, descolando-se os signos do moderno, dos processos sociais decorrentes das relações que produzem a técnica, e que, na sociedade capitalista, são geridos pela racionalidade do capital.

Já o segundo pressuposto, nos permite evidenciar o caráter da propriedade privada da terra, bem como, as contradições decorrentes da expansão do capitalismo no campo, que, em função disso, produz nesse, classes sociais distintas e, conseqüentemente, interesses antagônicos, como a dos proprietários de terra, dos capitalistas, dos assalariados e dos camponeses. Nesse sentido, temos que a renda da terra, no Brasil, tem sido apropriada pelo proprietário de terra e pelo capital, seja ele comercial, industrial ou financeiro. Em relação àquele último, segundo Oliveira (1981), existem duas formas de apropriação da renda. Uma quando a produção subordina a circulação, ou seja, quando o preço do produto agrícola é ditado na produção. A outra, quando a circulação subordina a produção, ou seja, quando o preço dos produtos agrícolas é ditado na circulação.

Partindo então, do princípio de que no campo, os interesses são antagônicos, e que, portanto, as relações são relações de classe, passamos a abordar aqueles aspectos que mais nos chamam a atenção sobre as transformações recentes ocorridas em Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul: transformações recentes no campo

As principais mudanças ocorridas no campo em Mato Grosso do Sul são decorrentes da expansão do que Costa (1990) denomina de *modo industrial de produzir no campo*. Ao incorporar um conjunto de insumos modernos, esse novo modo industrial de produzir alterou a base do processo produtivo, fruto da aliança entre Estado, capital e propriedade fundiária os quais, atualmente, encontram-se sob o comando do capital industrial e financeiro.

Esse processo ocorreu no estado a partir da década de 1970, através da introdução do binômio trigo/soja e da prática de uma pecuária melhorada que alteraram as relações de trabalho e produção no campo sul-mato-grossense, provocando um processo de reestruturação produtiva.

Nesse contexto, a estrutura produtiva regional, que já era extremamente concentrada, foi adquirindo novas feições, na medida em que aquelas culturas eram mecanizadas e voltadas para o mercado externo, o que tornava o campo sul-mato-grossense mais sensível à dinâmica desse mercado.

O avanço dessas atividades econômicas também veio seguido do capital industrial. Com o incentivo do Estado vieram, primeiramente, as unidades esmagadoras de soja (óleo e farelo), como a COPAZA (1985), a JUNIOR (1986), a CEVAL (1988), entre outros (OLIVEIRA, 1993) e, posteriormente, através do circuito grãos-ração-carne, a partir do final da década de 1980.

Com a expansão no estado do modo industrial de produzir, estabelecendo-se maior integração do setor produtivo local com o mercado nacional/internacional, a partir do contexto de liberalização econômica, a renda da terra, que até então estava sujeita ao capital comercial ou aos proprietários de terra, passa também, a ficar sujeita aos ditames dessa nova lógica.

No caso das *commodities*, os preços são orientados, cada vez mais, pela cotação na bolsa de mercado de futuros, onde é comercializada (no caso, a Bolsa de Chicago). Dessa forma, os preços passam a ser ditados pelo capital monopolista em nível mundial, que levam em conta, não somente os custos de produção, adversidades climáticas, especulações, mas também, a intervenção pública, através de subsídios, principalmente nos países desenvolvidos. Sendo o preço ditado externamente e em função desses fatores, a atuação do proprietário de terra no sentido de decidir ou não pela produção, manifesta-se de forma inelástica, podendo, conjunturalmente, deixar de auferir renda. Nesse setor, o capital monopolista constitui-se naquele a auferir a maior parcela da renda produzida no campo, agora em nível mundial.

No caso da pecuária bovina, as exigências sanitárias nacionais/internacionais, cada vez mais, vêm interferindo no espaço local, contribuindo para o surgimento de novas formas de criação/produção articuladas a esse novo padrão concorrencial. O lançamento do Projeto Vitelo do Pantanal (em 04/08/2002, no município de Miranda), que pretende aumentar em 30% a renda final dos pecuaristas, tem como objetivo a busca por adequação aos novos padrões internacionais de concorrência da carne bovina. Para Michels (2000), na pecuária em Mato Grosso do Sul é o setor varejista, representado pelas grandes redes de supermercado, que tem exercido papel determinante na formação de preços, constituindo-se, nessa relação de forças, no setor que se apropria da maior fatia da renda produzida no campo.

No caso da cana-de-açúcar, a situação é diferente. Trata-se de uma atividade extremamente concentrada, pois, no estado, 70,5% da produção encontra-se nos estabelecimentos acima de 10 mil ha e pertencem a apenas 6 produtores ou, 0,9 % dos informantes (IBGE, 1995/96); é comum os capitalistas da indústria serem os mesmos que detêm a propriedade da terra, formando verdadeiras agroindústrias. Nesse caso, temos que a produção é quem comanda a circulação (OLIVEIRA, 1992).

Em outras atividades, como a avicultura, suinocultura e sericicultura, o capital industrial não se implanta no campo, por se tratarem de atividades não muito rentáveis para o capital e que envolve riscos; Prefere, nesses casos, se implantar na circulação, sujeitando a renda da terra, ou seja, a produção fica totalmente subordinada à circulação, pois o preço desses produtos é ditado pelo capital industrial, sendo a renda da terra transferida para esse setor. Além de sujeitar a renda da terra, o capital, nas palavras de Oliveira (1992) *monopoliza o território*.

Essas mudanças ocorridas no processo produtivo têm introduzido no campo, uma nova correlação de forças, inserindo outros segmentos econômicos na luta para a apropriação da renda da terra no campo. Nessa "queda-de-braço", onde verificamos o predomínio do capital monopolista, seja ele comercial, industrial ou financeiro, tem havido certa reorientação nas estratégias dos setores envolvidos, para ver quem e como se apropriará da renda da terra. Nesse processo, que é específico para cada atividade produtiva, observamos que os segmentos que vêm seu lucro/renda reduzidos têm-se voltado para apropriar-se, então, do fundo público¹, para fazer garantir a sua fração na participação da mais-valia social. Conforme já salientou Francisco de Oliveira, em evento ocorrido no primeiro semestre de 2003 na Universidade de São Paulo, o fundo público tem sido um dos principais focos da luta de classes.

O referido autor já destacou em seu trabalho (OLIVEIRA, 1998) a participação do fundo público na composição da taxa média de lucro. Avaliamos, todavia, que devemos considerar, também, *como* o Estado atua para compor e distribuir o fundo público, bem como, reconhecer a atuação dos setores econômicos que lutam para abocanhar essa fatia da mais-valia social.

A apropriação dessa renda tem ocorrido das mais variadas formas. Uma delas já foi observada por José de Souza Martins, ao destacar a importância dos incentivos fiscais na expansão do capital na Amazônia:

Lo contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, no modelo brasileiro o empecilho à reprodução do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. (MARTINS, 1994, p. 79-80. Grifo do autor)

Os incentivos fiscais têm sido um desses mecanismos regulados pelo Estado e apropriados pelo capital para promover o desenvolvimento do capitalismo no campo. O ICMS estadual, por exemplo, que refere-se às leis nº 1.238/91 e nº 1.798/97, dá uma redução de até 67% desse imposto para indústrias que se instalarem no Estado. Esse incentivo ainda vigora com a Lei Complementar nº 093, de 05/11/2001. Com essa Lei, o Estado também oferece

¹ Uma discussão a respeito a importância do fundo público tem sido feita por Oliveira, F. (1998).

às indústrias, isenção do diferencial de alíquota incidente sobre máquinas e equipamentos adquiridos em outros estados ou países.

Em 1996, tivemos também a Lei Kandir, isentando de ICMS para exportação de produtos primários e semi-elaborados. Essa lei, que visava estimular a exportação desses produtos para equilibrar a balança comercial, tem beneficiado os grandes proprietários e o setor agroindustrial. Quando, em 1999, o Ministério da Fazenda considerou a possibilidade de alterar a lei por pressão de governadores, houve outra mobilização por parte de representantes dos produtores rurais, agroindústrias e cooperativas do país – como a ABAG (Associação Brasileira de Agronegócios), a ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais); a CNA (Confederação Nacional da Agricultura); a SRB (Sociedade Rural Brasileira) entre outros – para não terem de pagar mais esse tributo ao Estado.

Um outro aspecto é o das facilidades creditícias. No Mato Grosso do Sul, o FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste), que tem como finalidade financiar o crescimento econômico do Centro-Oeste, via "modernização da agricultura", tem sido, a partir da Constituição de 1988, um desses órgãos financiadores.

Sabe-se que quem se apropria das facilidades creditícias no Brasil é o grande capital e a classe dos proprietários de terra. Na Tabela 1, por exemplo, temos informações referentes a cartas-consulta, aprovadas no Mato Grosso do Sul, para obtenção de crédito do FCO, no período de janeiro a junho de 2001. Observa-se que o setor mais beneficiado foi a pecuária (formação/recuperação de pastagens, novilho precoce, melhoramento genético do rebanho bovino, produção de leite, produção de carne bovina), com 167 cartas-consulta aprovadas e 21% do total de recursos. Outros setores que também obtiveram parcela considerável dos recursos para financiamento foram o de infra-estrutura, serviços, produtos minerais e grãos (no caso, grandes produtores de soja e milho).

Tabela 1: Estado de Mato Grosso do Sul. FCO - Cartas-consulta aprovadas (por finalidade - 2001)*

Finalidades	Cartas-consulta		
	Nº contratos	Valor (R\$)	%
Correção e conservação do solo	34	6103224,23	2,93
Formação/recup. Pastagens	58	21395195,48	10,28
Novilho precoce	25	10723045,77	5,15
Melhoram. Genético do Rebanho Bov.	51	11659043,54	5,6
Rede de energia	3	71665008,27	34,44
Armazém e silos	9	3677720,76	1,77
Hoteleira	5	2572064,3	0,12
Peças e serviços automotores	14	9911811,78	4,76
Empresa de serviços	11	7508365,95	3,61
Produção de algodão	2	410400	0,2
Produção de grãos	46	6787590,03	3,26
Produção de leite	3	319719,04	0,15
Suínos	9	1814496,01	0,87

Continua

Continua

Frango de corte	15	3849219,48	1,85
Produção carne bovina	33	7727848,63	3,71
Avestruz	1	264000	0,13
Bubalinos	1	163967,17	0,08
Culturas perenes/outras	1	1749873,95	0,84
Produção de alimentos	5	6711023,89	3,22
Produção de insumos	3	4006657,86	1,93
Construção de armazéns	3	2273679,73	1,09
Couro	1	4000000	1,92
Produtos cerâmicos	1	1691001	0,81
Máquinas e implementos	1	575000	0,28
Produtos minerais	2	9162871	4,4
Vídeos	1	1364000	0,66
Produção de Madeira	4	3671763,73	1,76
Produtos metálicos	1	3965375,19	1,91
Embalagens	6	2384096,76	1,15
Total	349	208108063,6	100

Fonte: Secretaria de Estado e da Produção/MS.

* Até junho.

Se considerarmos também a liberação de recursos do FCO, por categoria de produtor, veremos que os mini e pequenos produtores, conforme classificação do Banco do Brasil² tem sido os menos favorecidos (Tabela 2).

Tabela 2: Estado de Mato Grosso do Sul - FCO Rural: valores contratados (em % - 1998 a 2001).

Ano	Mini produtor		Pequeno produtor		Demais produtores		Total	
	Quantidade	Valor (%)	Quantidade	Valor (%)	Quantidade	Valor (%)	Quantidade	Valor (%)
1998	167	7,3	281	19,4	550	73,3	998	100
1999	129	20,8	127	18,2	267	61,0	523	100
2000	100	4,2	141	15,0	400	80,8	641	100
2001	201	4,7	311	11,0	1.269	84,3	1.781	100

Fonte: Banco do Brasil.

Observamos, nesses dados, que os recursos destinados aos mini e pequenos produtores no período de 1998 e 2001, somados, não ultrapassaram os 39% do total de recursos previstos para um determinado ano. Isso porque essa avaliação refere-se apenas ao FCO, ou seja, não leva em conta os outros sistemas de crédito existentes no país.

² O Banco do Brasil classifica os produtores conforme sua renda, que varia dependendo do período analisado. Na Tabela 02, os mini produtores são aqueles que possuem renda anual de até R\$ 40 mil. Os pequenos são os que possuem renda entre R\$ 40 mil e R\$ 80 mil.

Por outro lado, em relação ao crédito agrícola, verifica-se que a atuação de determinados setores tem demonstrado que a classe dos proprietários de terra tem conseguido impor mecanismos de forma a manipular os laços de sujeição da renda da terra para com o capital financeiro. É o que podemos dizer a respeito da securitização da dívida agrícola, conseguida nos últimos anos pela bancada ruralista, demonstrando sua força. Essa pressão foi manifestada, recentemente, no bloqueio de rodovias, na grande mobilização de produtores em Brasília (cerca de 10.000), que acabou culminando em medidas para a resolução do endividamento agrícola. Segundo a própria CNA (Confederação Nacional da Agricultura, Departamento de Comunicação, 01/11/2001), a dívida securitizada correspondeu a R\$ 10,7 bilhões, para ser paga num prazo de 20 anos a juros de 3% ao ano. Embora a securitização faça referência a financiamentos de até R\$ 200 mil, as dívidas acima desse valor têm se enquadrado no PESA (Programa Especial de Saneamento de Ativos).

Reforçamos a idéia da força dessa classe, pois, ainda segundo a CNA, as dívidas dos pequenos produtores, nesse período, correspondiam a apenas 25% do total³. Verifica-se, então, que essa classe de proprietários de terra, que tem a sua renda sujeita ao capital industrial (através da dependência de insumos agrícolas e da venda às indústrias de processamento, como os produtores de soja) tem, por outro lado, se utilizado de outros mecanismos para burlar as forças que se apropriam da sua renda. Como exemplo, podemos citar os "calotes" em bancos, securitização da dívida, sonegação de ITR (Imposto Territorial Rural), *lobbies* no congresso nacional. Já têm sido divulgadas, em revistas de circulação nacional, informações sobre os maiores "caloteiros" do Brasil, entre os quais figuram grandes proprietários de terra (CAMINOTO, J. E.; PIVETTA, M. Os donos da terra. *Revista Veja*, 14 ago. 1996).

Na Tabela 3, também podemos verificar a proporção de recursos financiados no Banco do Brasil, no ano de 1999.

Tabela 3: Brasil - Saldo dos empréstimos rurais tomados no Banco do Brasil/1999.

Faixa do empréstimo	Valor emprestado (em R\$ milhões)	Valor médio do empréstimo (em R\$)	Nº de devedores	Participação dos devedores no total dos empréstimos (%)	Percentual de devedores
Até 10.000	1.413	2.751	513.658	5,89	73,21
De 10.001 a 50.000	3.849	28.556	134.774	16,03	19,21
De 50.001 a 200.000	4.992	129.849	38.446	20,79	5,48
De 200.001 a 500.000	3.487	331.172	10.530	14,52	1,50
De 500.001 a 1.000.000	1.376	664.097	2.072	5,73	0,30
Acima de 1.000.000	8.892	4.082.736	2.178	37,04	0,30
Total	24.009	34.218	701.858	100	100

Fonte: Folha de São Paulo, 22/08/99.

De acordo com esses dados, 73,21% dos devedores possuíram empréstimos de até 10 mil reais e representavam apenas 5,89% do total de devedores do Banco do Brasil. Acrescidos

³ Segundo a Revista Aves & Ovos (1996), 31% do montante do crédito rural está nas mãos de 2,1% dos produtores, enquanto que 58% dos contratos envolvem em torno de 2,63% de pequenos produtores.

à faixa de até 50 mil, 92,42% dos devedores participavam de apenas 21,92% do total das dívidas. Já os demais, ou seja, 7,58% dos devedores representavam um total de 78,08% das dívidas com o Banco. Esses dados são uma evidência do nível de monopolização dos recursos liberados pelo Banco do Brasil ao campo, e que estão concentrados nas mãos de alguns poucos proprietários de terra.

A alegação maior dos ruralistas para a securitização da dívida, tem sido o elevado endividamento do setor devido à queda na renda dos produtores após o Plano Real. De fato, o Valor Bruto da Produção agrícola brasileira caiu de R\$ 37,3 bilhões, em 1994, para R\$ 27,7 bilhões, em 1995, sendo que essa diferença de renda foi transferida para toda a sociedade (GUIA AVES & OVOS, 1996). Nesse processo, todavia, entendemos que apenas o valor produzido pelo trabalho dos trabalhadores rurais (assalariados, camponeses proprietários, rendeiros etc.) foi, na sua maior parte, transferido gratuitamente para toda a sociedade. Já a classe dos proprietários de terra e capitalistas, estes tem encontrado mecanismos para resolver a questão, conforme já mencionado, através da apropriação do fundo público.

Se considerarmos, como Francisco de Oliveira (1998), que o fundo público é uma antimercadoria por não visar lucro, temos, também, que repensar a relação proprietário de terra – renda da terra – e fundo público, pois, se parte da renda do proprietário de terra é subordinada ao capital industrial, ele apropria-se, por sua vez, de parte do fundo público, que, segundo esse autor, não constitui lucro e nem renda, mas que é paga por toda a sociedade.

Foi, então, nesse contexto, de securitização das dívidas agrícolas, que esse processo acabou por favorecer, igualmente, outras categorias de produtores beneficiários do FCO, contribuindo também, devido às facilidades de pagamento, para atuar como fator de diferenciação social no campo. Os dados têm revelado que os maiores beneficiários do FCO não têm sido a categoria de pequenos e de mini produtores, mas a dos médios e dos grandes.

A expansão do modo industrial de produzir no campo provocou também outras mudanças que, embora não estejam aparentemente interligadas, são faces de um mesmo processo.

Na medida em que a agricultura de mercado foi avançando e se desenvolvendo no Estado, os índios foram sendo introduzidos em aldeias, como se fossem animais. Como a sua concepção de terra (para o índio não é a terra que pertence ao homem, mas o homem à terra) entra em "choque" com a concepção capitalista (terra-mercadoria-lucro), o "confinamento" de índios acabou sendo a solução encontrada pelos "civilizados", comprometendo dessa forma, a reprodução da existência indígena.

Uma outra face decorrente desse processo é a expropriação de trabalhadores rurais, intensificando, no seu reverso, o conflito e a luta pela terra. É um campesinato que quer entrar na terra, a partir do questionamento na lógica econômica vigente. A formação de movimentos sociais organizados é uma evidência desse processo, embora eles aparentemente apareçam como fenômenos isolados.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, surgiu no Estado em 1984, em decorrência das lutas de arrendatários das regiões leste e sudoeste, que resultaram na ocupação da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema. A partir

de então, esse movimento começa a organizar os trabalhadores rurais, principalmente com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), articulando-os na luta pela terra. O retorno de brasiguaios vindos do Paraguai, na busca pela implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária no governo de José Sarney, veio engrossar esse movimento, resultando em algumas conquistas, o que tem permitido verificar, já no Censo Agropecuário de 1985, o aumento do número de estabelecimentos de famílias camponesas. Na Tabela 4, podemos analisar as ocupações de terra, assentamentos e mortes no Estado:

Tabela 4: Estado de Mato Grosso do Sul. Ocupações de terra, assentamentos e mortes (1979 a 2001).

Ano	1979-1989	1990-1994	1995-1998	1999-2001	Total
Ocupações	*	37	135	176	348
Nº famílias nas ocupações	*	5.880	21.911	9.303	28.721
Assentamentos	24	05	47	27**	103
Nº famílias assentadas	4.505	657	6.654	3.281**	15.097
Mortes	15	04	*	*	19

Fonte: Fernandes (2000), CPT e INCRA.

* dados não disponíveis.

** até julho/2001.

Apesar de não dispormos dos dados sobre as ocupações de terra entre 1979-89, sabemos que o número de mortes relacionado a problemas agrários ocorridos nesse período representa mais que o dobro do número de mortes da década seguinte. Enquanto quinze trabalhadores morreram no primeiro período, 4 morreram entre 1990-99, o que nos indica o nível de violência com que tem sido tratada a questão agrária no período considerado. O número de ocupações cresceu significativamente a partir da segunda metade da década de 1990, num demonstrativo de resistência por parte dos trabalhadores, que recusaram a situação de não possuidores da terra e organizaram-se em movimentos sociais. Observa-se que o aumento do número de assentamentos também cresceu na mesma proporção, o que se explica, não devido à boa e livre iniciativa do Estado em fazer a reforma agrária, mas devido às pressões realizadas pelos trabalhadores no mesmo período. A dinâmica desse processo pode ser bem sistematizada nas palavras de Fernandes (2002, p. 3): *"E assim, os sem-terra constroem a 'geografia das beiras de estradas', que é o 'espaço perdido, ainda público' que resta entre os latifúndios e as estradas"*.

Considerações Finais

Consideramos que o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao deparar-se com o obstáculo produzido pelo caráter privado da terra, produz e permite que sejam produzidas contradições, o que nos remete à compreensão de que esse desenvolvimento é desigual e combinado. Nessa perspectiva, o capital também pode criar e recriar relações, capitalistas e não capitalistas, de forma a manter a sua produção e reprodução ampliada.

Ao mesmo tempo em que o capital industrial monopoliza o território ou então se territorializa, conforme avalia Oliveira (1981), a realização da sua atividade envolve complexas articulações territoriais de produção, que, embora não diretamente relacionadas à atividade, territorializam-se igualmente no espaço das atividades que integram o conjunto de cada unidade produtiva.

As transformações recentes ocorridas no final da década de 1980 e início de 1990, decorrentes da crise do capitalismo mundial iniciada a partir dos anos de 1960, detonaram um conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais que culminaram numa nova divisão internacional do trabalho. Essas mudanças impactaram países de economia subordinada, como o caso do Brasil, que, para se ajustar ao novo modo de regulação da economia, sofreu um intenso processo de liberalização, privatização e desregulamentação econômica, visando abrir seus mercados, de forma a permitir uma maior integração internacional ao novo padrão de acumulação que emergia, sob o comando da esfera financeira.

Nesse contexto, os grandes grupos industriais também mudaram suas estratégias de investimento, buscando expandir-se mundialmente através da implantação de multinacionais nos países, por meio de filiais, fusões, aquisições etc. A sua territorialização fez com que o território sul-mato-grossense tivesse que se articular estreitamente à lógica do mercado mundial.

Diante dessas transformações ocorridas nas principais atividades agropecuárias do Estado de Mato Grosso do Sul compreendemos que a análise não deve ser reduzida apenas à dimensão mais aparente e imediata, por muitos denominada de modernização da agricultura, já que não se constitui na única face gerada pela expansão do modo industrial de produzir. O rearranjo ocorrido na estrutura produtiva envolveu também outras dimensões que aparentemente não estão interligadas. Por se tratarem de atividades onde a mecanização é comumente empregada, o desenvolvimento, por exemplo, da soja e do trigo no Estado provocou – além da intensificação no uso de maquinários – o desencadeamento de outros processos. Podemos citar como exemplo, o desmatamento (prejudicando a reprodução da existência indígena), a expansão de relações capitalistas de produção, a expropriação de trabalhadores rurais do campo, bem como, as contradições decorrentes dessas determinações, como a luta pela terra dos camponeses sem terra e a luta pelo território indígena. Assim, embora o processo de modernização técnica seja uma face real e concreta a ser considerada, bem como, presente a sua relevância no território sul-mato-grossense, não deve ser considerado como único, progressivo e linear nos estudos sobre a questão agrária.

Diante dessa nova conjuntura econômica, o que gostaríamos de destacar é falar/pensar sobre os impasses e as perspectivas que estão colocadas para os indígenas e para o campesinato, como classe social.

Em relação aos indígenas, estes desterritorializados e sem condições de realizarem o seu modo de ser (o tekoha), a única Geografia que a sociedade capitalista lhes conferiu foi a Geografia (des)humana, ou seja, uma situação ou condição que só lhes dá acesso aos subprodutos dessa sociedade: a procura de alimentos nos lixos das cidades; o pedido de comida nas casas, "o pão velho" (conforme já havia denunciado através da poesia, o poeta douradense Emmanuel Marinho); a peonagem nas destilarias de álcool; o alcoolismo; o suicídio. E para

completar, introduzem o turismo na aldeia. O turismo é compreendido como sinônimo de lazer. Com essa intenção, muitos "civilizados" vão à aldeia, observam os "seres diferentes", tiram fotos, compram ornamentos indígenas para enfeitarem suas casas e, às vezes, dão até gorjetas.

Esse processo tem alcançado a sua face mais perversa, que é a morte de crianças por desnutrição e fome, cujo fato, agora, tem ganhado repercussão nacional/internacional. Mesmo que uma política assistencialista viesse a resolver conjunturalmente os problemas mais visíveis enfrentados pelos índios (morte por fome e desnutrição), a manutenção dessa forma atual de produção, apropriação e acesso aos alimentos – ou seja, o alimento tratado enquanto mercadoria – continuará trazendo problemas dessa natureza, nessa e em outras frações do território capitalista.

Em relação ao campesinato, no Brasil, eles têm atuado em duas frentes, conforme já destacou Martins (2002). Uma, a que luta para *entrar* na terra. São aqueles camponeses que, expulsos da terra, a ela retornam, através da sua organização em movimentos sociais, como o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A outra, é a que luta para *ficar* na terra, que são aqueles camponeses que possuem a terra e lutam, para nela permanecer.

Sob essa perspectiva, dois impasses importantes estão colocados para esses camponeses garantirem a sua reprodução. Uma é a questão da conquista da terra, cuja luta vem se intensificando nos últimos anos. A outra é, como pensar/construir uma forma de organização para que a renda da terra por eles produzida, não fique sujeita ao capital industrial e financeiro, ou aos proprietários de terra, principalmente, no contexto atual, onde temos um governo considerado de esquerda, na esfera federal, estadual e, em alguns locais, até em nível municipal, como o caso de Dourados.

Nesse processo, o poder público e as universidades podem apresentar a sua contribuição para a reprodução dessa classe social. No entanto, para que possamos contribuir, é preciso, primeiramente, compreendê-la, sob pena de vermos fracassadas quaisquer iniciativas nesse sentido. Não adianta, dessa forma, o poder público simplesmente fazer o assentamento de famílias camponesas e relegá-las à sorte, pois, a renda da terra, continuando sujeita ao capital, poderá levar muitos deles a venderem a propriedade, pois, nem todos os camponeses aceitam esse tipo de sujeição.

Na universidade, uma grande contribuição que podemos dar nesse sentido, é, antes de mais nada, tentar compreender as características, o significado e o papel dessa classe social no Estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, consideramos importante a pesquisa de campo, ouvir mais esses sujeitos sociais, para sabermos o que eles têm para nos dizer. Esses trabalhadores, que estão na linha de frente, nesse processo de luta.

E, para finalizar, pensamos ser necessário, também, abandonarmos, antes de mais nada, os (pré)conceitos construídos unilateralmente a partir da visão urbana de sociedade. Se considerarmos, *a priori*, que o campo já está urbanizado, que o capital já domina todas as esferas das relações sociais no campo e que, dessa forma, considerarmos que esse último possui um papel secundário na sociedade, dificilmente, conseguiremos contribuir para com esses sujeitos sociais.

Referências

- BRAND, Antonio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá*. Porto Alegre: PUCRS, 1993. 255p. (Dissertação, mestrado em Ciências: História Ibero-Americana), IFCH, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- CALABI, Donatella, INDOVINA, Francesco. *Sobre o uso capitalista do território*. Traduzido por Lilliana L. Fernandes e Moacyr Marques. In: *Convivio di studi urbani e regionali*. [su. t.]. Anno IV, n. 2, 1973. 17p. , mimeo.
- COSTA, Wanderley M. da. O modo industrial de produzir no campo: um aspecto atual da modernização capitalista. *Revista Orientação*, São Paulo, n. 8, p. 63-69, 1990.
- EGLER, Claudio A. G. Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. *Questões atuais de reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 185-222.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. 335p. Original francês.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: <http://www.cimi.org.br>
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GRESSLER, Lori Alice, SWENSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: Gressler, 1988.
- HEES, Dora Rodrigues et. al. Evolução da agricultura na região Centro-Oeste na década de 1970. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Ano 49 n. 1, jan./mar., trimestral.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- _____. O Estado: o uso conservador da mediação do moderno. *O poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 11-92.
- MARX, Karl. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. v. 6. Tradução de: *Das Kapital - Kritik der Politischen Ökonomie*. 1894.
- MICHELS, Ido Luis. *A bovinocultura de corte brasileira e o mercado externo: regiões sanitárias e a cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul*. São Paulo: USP, 2000. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).
- MIZUSAKI, Márcia Yukari. *A territorialização da avicultura em Mato Grosso do Sul: o caso COOAGRI. Presidente Prudente/SP*: UNESP, 1996. 192p. (Dissertação, mestrado em Ciências: Geografia Regional).
- _____. Estado e estrutura produtiva no Mato Grosso do Sul meridional, Brasil: transformações recentes. In: MANERO, F.; PASTOR, L. J. (Orgs.). *El espacio latinoamericano: cambio económico y gestión urbana em la era de la globalización*. Valladolid-ES: Secretariado de publicaciones e Intercambio Editorial de la Universidad de Valladolid, 2002. p. 103-108.

_____. *Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul*. São Paulo: USP, 2003. 432p. Tese (doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Arioaldo U. Agricultura e indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, 1981, n. 58.

_____. O que é? Renda da terra absoluta, renda da terra de monopólio, renda da terra pré-capitalista, preço da terra. *Revista Orientação*. São Paulo: Instituto de Geografia/DG/USP, 1986. n. 7.

_____. *Agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições*. São Paulo: mimeografado, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor – capital, força de trabalho e fundo público. *Os direitos do antivalor – a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes: 1998. p. 19-48.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. *Agroindústria e reprodução do espaço*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

SANTOS, Delmira Alves dos, et. al. Os guarani-kaiowá da aldeia Panambizinho do município de Dourados-MS e a reprodução da existência kaiowá. *Revista de Geografia, Campo Grande*, nº 8, p. 27-32, jul./dez., 1998.

SILVA, Mario Cesar Tompes da. *Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados*. São Paulo: USP, 1992. (Dissertação, mestrado em Ciências: Geografia Humana).